



COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55



Secretaria de Logística e Transportes

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2021

1. Contexto Operacional: A Companhia Docas de São Sebastião foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas de São Sebastião são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. Em 14 de agosto de 2019, com a edição do Decreto Federal nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de desestatização. Em 2020 foi celebrado entre BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato para realização de estudos sobre o processo de Desestatização do Porto de São Sebastião. A Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada nesses estudos. A Companhia Docas de São Sebastião, tem expectativa de continuar com suas atividades operacionais para o exercício de 2021.

2. Elaboração e Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas e diretrizes contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76, das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos: interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; normas da CVM, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão; legislação e orientações específicas para empresas da administração federal indireta e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, desconhecendo qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. De toda forma, convém registrar que a inclusão da Companhia Docas de São Sebastião no Programa Nacional de Desestatização, desde o ano de 2019, não acarreta nenhum risco de solução de continuidade para as atividades da Companhia. O Programa de Desestatização da Companhia tem a participação do Ministério da Infraestrutura, Secretaria do Programa de Parceria em Investimento, do Ministério da Economia e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na sua gestão. 2.2. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base, exceto se indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativa e julgamento: Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.5 e 7); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5); Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Nota 17); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 2.6 e 23). 2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia Docas de São Sebastião. 2.5. Redução ao valor recuperável: A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo esta reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado. 2.5.1. Ativos financeiros e contratuais: Os ativos financeiros e contratuais são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldo de redução ao valor recuperável é a de Clientes (Nota 5). 2.5.2. Ativo não financeiro: A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente e em menor tempo, se for identificado que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros ou quando ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme determina o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foi realizada avaliação dos ativos não financeiros, pelo método Valor em Uso e que apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a Companhia, sem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável. 2.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia Docas de São Sebastião se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia Docas de São Sebastião determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. • Passivos financeiros: São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. A Companhia Docas de São Sebastião determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. 2.7. Apuração do Resultado: As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. 2.8. Caixa e Equivalente de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e de risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). 2.9. Ajuste a Valor Presente de Ativos: Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia Docas de São Sebastião concluiu que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. 2.10. Partes Relacionadas (Convênio DERSA): No curso normal de suas operações, a Companhia Docas de São Sebastião contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da Desenvolvimento Rodoviário S.A. - DERSA, empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. 2.11. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. 2.12. Provisões: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião da Assessoria Jurídica da Companhia Docas de São Sebastião e da Assessoria Jurídica contratada, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia Docas de São Sebastião, sempre que a perda for avaliada como provável - o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações - e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. 2.13. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia Docas de São Sebastião e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia Docas de São Sebastião possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. 2.14. Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil-econômica estimada dos bens (Nota nº 7). 2.15. Intangível: As licenças de softwares de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia Docas de São Sebastião. A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 8). 2.16. Provisão para Recuperação de Ativos - Impairment: Tendo como objetivo definir procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, são eles revistos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, caso existam evidências claras, a empresa reconhecerá a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Considerando os ativos apresentados no Balanço Patrimonial do ano de 2018, foram realizados levantamentos para a determinação apenas de parâmetros referentes aos valores líquidos de uso e não por venda. Isso porque as atividades da Companhia Docas de São Sebastião são realizadas por delegação, e todos os seus bens devem ser revertidos à União, conforme § 4º da cláusula sexta do Convênio de Delegação supramencionado. Cumpre informar que para os próximos anos, nenhum ativo fixo será desativado ou baixado dos controles da empresa, bem como não serão realizadas aquisições para substituição dos bens atuais, não resultando em baixa a esse título. Valor de uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. 2.17. Receita de Serviços Prestados e Cessão de Uso Onerosa: 2.17.1. Serviços: As receitas de prestação de serviços com Utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; Utilização das Instalações de Acostagem; Utilização da Infraestrutura Terrestre; Utilização

das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia Docas de São Sebastião seja provável que os valores serão recebidos. 2.17.2. Cessão de Uso Onerosa: As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. 2.18. Salários ou Encargos: Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. 2.19. Gastos Ambientais: Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia Docas de São Sebastião. 2.20. Impostos sobre Receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. 2.21. Receitas e Despesas Financeiras: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 21). 3. Eventos Significativos no Exercício: 3.1. Relativos à desestatização: Por meio da Resolução CPPI nº 52, de 08/05/2019, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPII) opinou favoravelmente e submeteu à deliberação do Presidente da República para qualificação no âmbito do PPI o Porto Organizado de São Sebastião (SP), bem como os serviços públicos portuários a este relacionados, para fins de estudos de desestatização. Em 21/08/2019, por meio da Resolução CPPI nº 69, o CPII também opinou favoravelmente e submeteu à deliberação do Presidente da República a qualificação para estudos, no âmbito do PPI, do Porto Organizado de Santos (SP), e os serviços públicos portuários a este relacionados, para fins de estudos de desestatização. As referidas Resoluções previram também a possibilidade de contratação do BNDES para a realização dos referidos estudos. Em 28/11/2019 e em 14/08/2019, foram publicados os Decretos Presidenciais nº 10.138 e nº 9.972 que, respectivamente, ratificaram a qualificação dos Portos de Santos e de São Sebastião no âmbito do PPI, possibilitando, assim, a realização de estudos e a avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada. Em 28/04/2020, foi celebrado entre o BNDES e o Ministério da Infraestrutura o Contrato de Estruturação de Projetos nº 01/2020, cujo objeto consiste na "prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República". Ao fim do processo de estudo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou a realização de consulta e audiência públicas para o recebimento de contribuições para o aprimoramento da minuta de edital e contrato relativos ao processo de licitação para desestatização e concessão do Porto de São Sebastião, em São Paulo. A concessão do Porto de São Sebastião visa modernizar o modelo de gestão portuária e atrair novos investimentos em infraestrutura. A vigência do contrato de concessão será de 25 anos, prorrogável por até

5 anos. A modelagem prevê o pagamento do valor de outorga mínimo de R\$ 33,3 milhões a ser realizado em parcela única e o critério de licitação escolhido foi o de maior valor outorga, com realização de leilão da modalidade presencial. A ANTAQ realizou, entre os dias 27 de dezembro de 2021 e 9 de fevereiro de 2022, consulta e audiência públicas para obter contribuições visando ao aprimoramento dos documentos relativos à licitação de concessão do Porto Organizado de São Sebastião (SP). Para essa consulta a ANTAQ emitirá um relatório contemplando todas as contribuições ao modelo de concessão. As próximas etapas serão a análise e eventual incorporação das contribuições recebidas e posterior submissão ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPII). 3.2. Relativos a Covid-19: Em virtude da pandemia do coronavírus e visando manter a operação em sua totalidade, a Companhia adotou e mantém todas as medidas sanitárias, recomendadas pelas autoridades sanitárias, como a obrigatoriedade do uso de máscaras; disponibilização de álcool gel em diversos pontos; higienização de banheiros, refeitórios e locais de descanso; distanciamento de mesas e bancos dos refeitórios; medição de temperatura das pessoas no acesso ao Porto e orientações através de quadros de avisos e e-mails.

	2021	2020
Caixa Geral	1.947	960
Bancos Conta Movimento	-	1.636
	1.947	2.596
Aplicação Financeira	12.888.510	9.174.393
Tesouro do Estado	-	91.921
	12.888.510	9.266.314
	12.890.457	9.268.910

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 10 (dez) dias, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidência.

	2021	2020
Clientes	3.645.864	3.278.666
(-)Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(3.210.180)	(3.260.874)
	435.684	17.792

Foi constituída a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD devido à expectativa de recebimento ser improvável.

	2021	Adições	2020
Schahin Engenharia SLB Ltda.	2.253.106	-	2.253.106
Clientes Diversos	910.136	-	910.136
	46.938	50.694	97.632
	3.210.180	50.694	3.260.874

	2021	2020
6. Impostos a Recuperar		
IRRF	1.033.999	1.422.534
CSLL	431.521	428.042
IRPJ/CSLL	-	392.757
INSS	2.731	2.731
ISS	-	60
PIS/COFINS/CSLL	29.132	28.760
	1.497.383	2.274.884

	Dragagem Corretiva	Benefitorias Propriedades de Terceiros	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Hardware	Obras Terraplanagem	Total
	4% a.a	4% a.a	10% a.a	20% a.a	10% a.a	10% a.a	20% a.a	4% a.a	
Taxas Anuais de Depreciação Custo									
Em 31 de Dezembro de 2020	5.786.693	3.561.296	1.379.028	583.600	12.878.947	5.463.559	2.375.858	228.670.021	260.699.002
Em 01 de Janeiro de 2021	5.786.693	3.561.296	1.379.028	583.600	12.878.947	5.463.559	2.375.858	228.670.021	260.699.002
Adições	-	-	7.200	-	-	50.877	-	-	58.077
Em 31 de Dezembro de 2021	5.786.693	3.561.296	1.386.228	583.600	12.878.947	5.514.436	2.375.858	228.670.021	260.757.079
Depreciação Acumulada									
Em 31 de Dezembro de 2020	1.519.819	854.710	968.900	450.117	5.539.834	2.587.090	1.487.541	42.958.195	56.366.206
Em 01 de Janeiro de 2021	1.519.819	854.710	968.900	450.117	5.539.834	2.587.090	1.487.541	42.958.195	56.366.206
Depreciação	231.468	142.452	81.790	-	1.178.364	482.049	75.409	9.133.386	11.324.918
Em 31 de Dezembro de 2021	1.751.287	997.162	1.050.690	450.117	6.718.198	3.069.139	1.562.950	52.091.581	67.691.124
Valor contábil líquido									
Em 31 de Dezembro de 2020	4.266.874	2.706.586	410.128	133.483	7.339.113	2.876.469	888.317	185.711.826	204.332.796
Em 31 de Dezembro de 2021	4.035.406	2.564.134	335.538	133.483	6.160.749	2.445.297	812.908	176.578.440	193.065.956

8. Intangível Em Milhares de Reais Licenças de Uso Ambientais - L.O (Software) - L.O 5,41% a.a 4% a.a Total

	2021	2020
Taxas Anuais de Depreciação Custo		
Em 31 de Dezembro de 2020	18.706.537	31.351.341
Em 01 de Janeiro de 2021	18.706.537	31.351.341
Adições	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021	18.706.537	31.351.341

	2021	2020
Amortização Acumulada		
Em 31 de Dezembro de 2020	8.585.481	10.499.402
Em 01 de Janeiro de 2021	8.585.481	10.499.402
Amortização	1.107.216	1.232.228
Em 31 de Dezembro de 2021	9.692.697	11.731.630

9. Bens de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia Docas de São Sebastião, objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída, conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia Docas de São Sebastião por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 42.489.042,00 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quarenta e dois reais).

10. Convênio DERSA: Quando assumiu a gestão da Administração do Porto de São Sebastião em 2008, a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS, criada com este propósito específico pelo Decreto Estadual 52.102/2007, sucedeu a Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA) que deixou no Porto seus empregados, mantendo-se como empregadora e pagando os salários e benefícios até 31 de março de 2014 quando estes mesmos empregados foram transferidos formalmente para a CDSS. Considerando que tais empregados estiveram a serviço da CDSS desde 2008, porém, mantidos financeiramente pela DERSA, que foi parcialmente reembolsada pela novo representante do Delegatário, a diferença não reembolsada determinou a assinatura em 2016 de um Termo de Compromisso e Reconhecimento de Dívida entre a DERSA e a CDSS, pelo qual, em função de parcelamento da dívida acumulada, a CDSS reembolsa mensalmente a DERSA. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia Docas de São Sebastião atualizou o saldo devedor do Termo de Compromisso com a Dersa, de acordo com índice IPC-FIPE, acrescendo ao saldo devedor a importância de R\$ 16.935,16 (dezesseis mil, novecentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos).

	31/12/2021	Adições/ Transferências	Baixas/ Transferências	31/12/2020
Passivo Circulante	2.460.581	1.890.283	1.063.065	1.633.363
Passivo Não Circulante	-	-	-	1.890.283
	2.460.581	1.890.283	1.063.065	3.980.283
2021				2020
Fornecedores Imobilizado	-	-	50.877	-
Fornecedores Outros	-	-	519.983	672.618
	-	-	570.860	694.052

A Companhia Docas de São Sebastião trabalha com prazo médio de 30 (trinta) dias para pagamento de seus fornecedores.

	2021	2020
21. Tributos a Recolher		
PASEP e COFINS	166.049	130.514
ISS	116.426	89.542
Impostos Retidos de Terceiros	20.563	25.775
	303.038	245.831

A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, além de alterar a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita, obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Companhia Docas de São Sebastião optou pelo RTT, que determina que, para fins fiscais, sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigente até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. 12.1. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014: A Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), posteriormente convertida na Lei Federal nº 12.973, de 13 de maio de 2014, traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

	2020	2020
13. Encargos Sociais a Recolher		
13º Salário	-	-
INSS sobre Folha	296.574	296.450
FGTS sobre Folha	93.188	93.102
IRRF sobre Folha	239.173	226.768
Contribuição Sindical	2.083	2.132
Outros	-	-
	631.018	618.452
2021		2020
Provisões de Férias	859.086	858.305
Provisões de Encargos sobre Férias	313.172	329.625
	1.172.258	1.187.930

	2021	Adições/ Transferências	Baixas/ Transferências	31/12/2020
14. Provisões de Férias a Pagar				
Provisões de Férias	90.577	-	2.290	92.867
Garantias Concorrência	158.897	28.572	25.600	155.925
	249.474	28.572	27.890	248.792

15. Adiantamento de Clientes

16. Salário a Pagar: A Companhia Docas de São Sebastião informa que se encontra, sob

	2021	Adição	Pagamentos	Baixas	2020
Riscos Legais	-	-	-	862.000	862.000
Riscos Trabalhistas	14.219.158	2.803.688	-	-	11.415.470
Riscos Cíveis	360.568	-	-	-	360.568
	14.579.726	2.803.688	-	862.000	12.638.038

18. Capital Social: A Companhia Docas de São Sebastião possui Capital Autorizado da ordem de R\$ 278.838.000 (duzentos e setenta e oito milhões e oitocentos e trinta e oito mil reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R\$ 17.748.161 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R\$ 286.625.432 (duzentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", composto conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Ano		R\$
2019	-	1.100.000
2010	-	5.000.000
2011	-	6.688.162
2012	-	26.976.384
2013	-	109.356.821
2014	-	93.573.384
2015	-	26.116.982
2016	-	10.026.251
2017	-	-
2018	-	5.5

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E7A4-C38D-3AD2-1651> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E7A4-C38D-3AD2-1651



### Hash do Documento

B91C9183F58CCBDD6BBEA637EFD6BD80923F058034341450C1A3B81C76AFF16A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/03/2022 é(são) :

Lilian Regina Mancuso - 008.007.358-11 em 25/03/2022 23:29 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Fri Mar 25 2022 23:29:04 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -23.5032505 Longitude: -46.703073 Accuracy: 11.886

**IP** 189.79.71.162

**Hash Evidências:**

4631068C25780513F6F5E5ACF863E499A3F6D766834A5AD08C2F1E7436E4411E

